Globethics Repository



Saúde das mulheres, direitos e resistência [Women’ s health, rights and resistance]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Roso, Adriane;Angonese,Mônica;dos Santos, Verônica Bem
Publisher	Editora UnilaSalle
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-12 11:04:48
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/224153

UnilaSalle Editora

DIÁLOGO (ISSN 2238-9024)
http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo
Canoas, n. 24, dez. 2013

SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS E RESISTÊNCIA: ANALISANDO DISCURSOS PRODUZIDOS NO CAMPO GRUPAL

Adriane Roso[1]
Mônica Angonese[2]
Verônica Bem dos Santos[3]

Recebido em: 14/10/2013 | Aceito em: 18/11/2013

Resumo: Apresentamos alguns resultados de uma pesquisa-intervenção que foca em uma experiência no campo grupal. Baseada na psicologia social crítica e nos Estudos Feministas, o objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre saúde sexual e reprodutiva, direitos e iniquidade de gênero levando em consideração os discursos (co)produzidos em grupos compostos por mulheres. Os grupos de fortalecimento aconteceram em uma clínica-escola de psicologia durante os anos de 2011 e 2012. Resultados indicam que os grupos podem favorecer resistência a modos instituídos de relações de gênero assim como produzir invenção de novos modos de viver.

Palavras-chave: Psicologia Social; Feminismo; Grupos; Gênero; Direitos Sexuais e Reprodutivos.

WOMEN'S HEALTH, RIGHTS AND RESISTANCE: ANALYZING DISCOURSES PRODUCED IN THE GROUP FIELD

Abstract: We present some results of a research intervention that focus on an experience in the group field. Based on Critical Social Psychology and on Feminists Studies, the aim of this research was to reflect on sexual and reproductive health, rights and gender (in)equality taking into consideration the discourses (co) produced in groups composed by women. The empowerment groups took place in a psychology clinical school during the years 2011 and 2012. Results indicate that groups can foster resistance to established modes of gender relations as well as produce the invention of new ways of living.

Keywords: Social Psychology; Feminism; Groups; Gender; Sexual and Reproductive Rights.

[1] Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Psicologia, com Doutorado Sanduíche na Mailman School of Public Health, Department of Sociomedical Sciences, Columbia University. Especialista em Saúde Pública e em Gestão em Saúde. Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: <adrianeroso@gmail.com>

[2] Discente de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: <angonesemonica@gmail.com>

[3] Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: <veronica.bem@gmail.com>

"lá onde há poder há resistências e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder."

(Michel Foucault)

Introdução

No mundo contemporâneo, o sofrimento psíquico é um fenômeno crescente que assume várias faces e se interconecta à transversalidade de diferentes instituições. O sofrimento psíquico das mulheres, na teorização de Villela (1992), está associado, predominantemente, às pressões que a desigualdade de gênero exerce sobre as mesmas. Gênero é tomado aqui na dimensão relacional, e sendo ele um organizador social, pode ser configurado de forma igualitária ou assimétrica, favorecendo, neste último caso, relações injustas de poder.

Conforme o texto da *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes (PNAISM),* (BRASIL, 2004), da mesma forma que diferentes populações estão vulneráveis a vários tipos de risco,"mulheres e homens, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte" (IDEM, p. 13). Assim, a PNAISM considera que a histórica desigualdade entre homens e mulheres, seja em relações homo ou heterossexuais, impacta as condições de saúde das mulheres, defendendo que as questões de gênero devem ser consideradas como determinantes de saúde muito relevantes na criação de políticas públicas.

Sendo o gênero, do modo como o entendemos aqui, uma construção social e histórica (SCOTT, 1989; STREY, 2005), uma das maneiras encontradas para lutar contra as injustiças acerca das diferenças de gênero são as lutas pela emancipação da mulher, por exemplo, através do movimento feminista. Destacamos, em meio a essas lutas, os grupos de reflexão, os quais substituíram o isolamento do indivíduo pensante pela formação do coletivo com uma práxis (GIFFIN, 1999). Segundo Karen Giffin (IBIDEN), esses grupos, no início do movimento feminista, traziam como conteúdo o cotidiano das participantes, suas vivências corporais em relação à sexualidade/reprodução, e demais temas que eram (e são) silenciados socialmente. Tais práticas de reflexão deram início a um processo de empoderamento de mulheres.

Para contribuir com a problematização acerca da equidade de gênero, construímos o projeto de extensão intitulado "Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde"[4], o qual originou a pesquisa "Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo"[5], ambos vinculados ao grupo de pesquisa "Saúde, Minorias Sociais e Comunicação", da psicologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Do mesmo modo que os grupos de reflexão surgidos com o movimento feminista, os grupos realizados através dessa atividade de extensão têm como foco a vida cotidiana das participantes, suas vivências na área da sexualidade/reprodução. Buscando-se ampliar as possibilidades de crítica às relações injustas entre homens e mulheres, realizam-se encontros semanais nos quais, através de ações dialógicas, as participantes vão ajudando umas às outras e se fortalecendo. Isso se processa com o auxílio da equipe do projeto, isto é, as mediadoras dos grupos, a coordenadora/supervisora do projeto e as acadêmicas de

[4] Projeto de extensão contemplado pelo FIEX 2011 e pelo PROEXT 2010 – MEC – SESu - DIFES.
[5] Pesquisa contemplada no Edital MCT/CNPq N° 014/2010 – Universal.

psicologia, que estão em processo de aprendizagem para mediação grupal.

Entendemos que o tema das relações de gênero é um espaço necessário de atuação para a psicologia. Apesar de historicamente essa área de conhecimento ter se baseado nas diferenças tanto físicas quanto psicológicas entre homens e mulheres, hoje já existem muitos trabalhos na área psi que questionam os estereótipos gerados por tais determinações (STREY, 2005). Considerando que as relações desiguais de gênero estão ligadas a uma assimetria nas relações de poder, concordamos com a autora supracitada sobre a importância de a psicologia voltar-se à promoção de relações mais equitativas, as quais estariam mais abertas à multiplicidade e à plenitude de indivíduos e coletivos, independente do sexo.

Refletimos sobre o dispositivo grupal com base na explicação de Roso (2007), de que as práticas profissionais estão diretamente relacionadas à cosmovisão do profissional. Compreendemos, assim, que as construções de gênero fazem parte da nossa cosmovisão, e que é importante pensar sobre em qual cosmovisão construímos e apoiamos nosso fazer psicológico. Desse modo, como mulheres, torna-se essencial incluirmo-nos nas discussões sobre gênero, pois se almeja – tanto nos grupos de empoderamento quanto nos encontros grupais da equipe de trabalho do projeto – refletir sobre/transformar as relações de gênero, nas quais estamos incluídas.

Nesse sentido, examinamos a equidade de gênero desde uma perspectiva de igualdade de direitos, não mascarando as diversidades e singularidades existentes em qualquer relação. O reconhecimento das diferenças e da urgência de tratar de modo diferenciado as desigualdades talvez nos permita dar conta do complexo fenômeno da diversidade de gênero. Por isso, parece-nos mais adequado falar em equidade quando nos referimos a direitos e respeito, embora muitos autores utilizem a expressão igualdade para este fim, cientes de que não basta reconhecer direitos, é necessário engendrar o *sense of entitlement*[6].

Scott (1989) afirma ser o gênero capaz de definir modelos de feminilidade e masculinidade e deliberar padrões aceitáveis e esperados de comportamento de homens e mulheres. Com isso, mostra-se bastante comum que os homens também sofram opressão, na medida em que se espera deles um padrão viril de comportamento, o qual nem sempre condiz com a subjetividade e os desejos de cada um.

Essa compreensão indica nossa preferência por sempre compreender a categoria gênero como relacional. Todavia, fizemos uma opção por trabalhar, nestes anos, apenas com mulheres[7], devido aos nossos interesses acadêmicos sobre a vulnerabilidade frente a questões que envolvem sexualidade e reprodução da mulher, como dificuldade em negociar o preservativo, falta de apoio na tomada de decisão pelo aborto, etc. (veja OLIVEIRA, 2006). Em decorrência disso, foram criados os projetos mencionados neste artigo, com o objetivo último de favorecer o empoderamento das mulheres, empoderamento entendido aqui como a "possibilidade de que indivíduos e coletivos venham a desenvolver competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades, mas também um pensamento reflexivo que qualifique a ação política" (CARVALHO, 2004, p. 1092). Incluímo-nos neste grupo minoritário, visando que estejamos mais fortalecidas para tomar nossas próprias decisões, fazer escolhas, considerar nossos desejos e entender como eles são construídos, refletindo sobre as relações de poder. Entendemos que assim estaremos favorecendo

[6] Significa "aquelas ações de discurso, metáforas e comportamentos não verbais que representam (1) uma aspiração para mudar o seu próprio comportamento ou a situação de alguma criança, uma esperança por uma vida melhor; e (2) um sentido de autoridade para afetar essas mudanças através de suas próprias palavras ou ações" (PETCHESKY, 1998, p. 13) [tradução livre das autoras].

[7] Embora no ano de 2010 um dos grupos tenha sido mediado por um homem. Sobre essa experiência, consultar: http://www.unifra.br/eventos/sepe2011/Trabalhos/humanas/Completo/1738.pdf.

um movimento coletivo e solidário não *da* mulher, mas *das mulheres*.

Como um dos marcos teóricos desta reflexão, destacamos os estudos feministas que, de acordo com Louro (2010), dedicaram extensa preocupação às relações de poder, demonstrando as formas de opressão, silenciamento e submissão das mulheres. A autora traz que esse caráter de denúncia foi muito importante, mas, em contraponto, teria favorecido, de algum modo, que fosse cristalizada a vitimização feminina e também que se culpasse a mulher por sua condição de subordinação. A partir dessas indagações, buscamos a teorização foucaultiana sobre o poder.

Com base em Foucault (2010), entendemos o poder não como um sistema de dominação em que um elemento ou grupo se sobrepõe a outro exclusivamente. Contrariamente, devemos pensar o poder primeiramente como um conjunto de "correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização" (p. 102). Assim, fica explícita a ideia de onipresença do poder, ou seja, ele está em toda parte, pois emana de todos os lugares. Desse modo, em contraponto à tradicional ideia de opressão feminina pelos homens, Louro (2010) destaca que podem ser enfatizadas as formas de resistência das mulheres, bem como os custos vivenciados pelos homens na primazia de sua suposta superioridade.

Para Foucault (2010), o poder não se trata de algo que se possa adquirir, mas daquilo que se exerce através de diferentes pontos e é envolto de relações desiguais e móveis. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que as relações de poder não são alheias, isto é, não são exteriores a outros tipos de relações (inclusive relações sexuais), mas são imanentes a estas. Junto a essa ideia, o autor enfatiza que onde há relações de poder há resistências, e que estas estão incluídas nessas mesmas relações.

Tomando a construção teórica sumariamente posta ao longo dessa introdução, objetivamos no presente artigo refletir sobre a equidade de gênero a partir dos discursos (co)produzidos em grupos de fortalecimento de mulheres. Busca-se expor a possibilidade de existirem pontos de resistência/mecanismos de poder engendrados pelo dispositivo grupal.

Após discorrer sobre a metodologia, apresentaremos nossas reflexões oriundas da prática (dispositivo grupal) aliada à teoria, com base, especialmente, nas(os) seguintes autoras(es): Louro (2010), Foucault (2010), Barros (1993/2009) e Strey (2005).

Metodologia

A atividade de extensão "Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde" foi iniciada em 2009 e acontece nas dependências da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (CEIP), em intervalos semanais, durante o período letivo. No início de cada ano faz-se a divulgação do projeto de extensão, através de anúncios nos principais jornais da cidade, em rádios locais, na página da UFSM e da colocação de cartazes em alguns lugares como as dependências da UFSM, algumas unidades de saúde e a Delegacia da Mulher.

É realizada uma entrevista inicial de forma individual com cada uma das mulheres inscritas, através da qual se busca conhecer a provável participante e seus desejos para participar do grupo. Seguem-se alguns critérios para elegibilidade de participação: ser mulher, maior de 18 anos, disposta a participar de atividades em grupo e que assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como critérios

de exclusão consideramos: não ter indicadores de depressão grave, risco de suicídio ou dificuldade de comunicação.

Nos espaço grupais, os encontros são gravados com o consentimento das participantes e, depois são transcritos. Para tanto, o projeto de pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM CAEE nº 0019.0.243.000-11. As temáticas abordadas em grupo surgem através das vivências cotidianas das mulheres participantes. Têm-se os direitos e a saúde sexual e reprodutiva como disparadores das intervenções grupais, mas os assuntos partem do desejo e interesse das mulheres. Assume-se que "o experimentar ouvir o outro[a] irradia uma experimentação de ouvir outros – outros modos de existencialização, outros contextos de produção de sujeitos, outras línguas para outros afetos, outros modos de experimentar" (BARROS, 2009, p. 312).

Nos cinco anos de projeto, aproximadamente 120 mulheres buscaram o grupo e por volta de 41 mulheres participaram de pelo menos um encontro. Esses números nos indicam a considerável busca das mulheres por espaços grupais, onde possam conversar umas com as outras e se fortalecer. No entanto, o número de inscritas é bastante superior ao número de participantes efetivas, o que nos leva a refletir que ao mesmo tempo em que há busca pelos espaços grupais, há também certa resistências a eles, isto é, a encontrar outras pessoas, conversar, e dedicarem um tempo a si mesmas.

Em 2011, 26 mulheres se inscreveram para participar dos grupos. Destas, apenas 26 passaram por entrevista, pois dez não compareceram. Das 26 entrevistadas, oito não foram selecionadas, uma ficou em fila de espera, quatro foram selecionadas, mas não compareceram a nenhum encontro e 13 participaram de pelo menos um encontro. Em 2012, 38 mulheres se inscreveram para participar dos grupos. Destas, 25 passaram por entrevista e treze não compareceram. Das 25 entrevistadas, 16 participaram de pelo menos um encontro, e nove não foram selecionadas em função do perfil dos grupos em funcionamento ou da indisponibilidade de horário. As mulheres foram organizadas em dois grupos, denominados aqui "A" e "B". Ao grupo B, somaram-se duas mulheres que estavam em fila de espera, que se inscreveram para participar da edição anterior (2010). Cada grupo conta com no máximo oito participantes, sendo que a frequência é variável.

As mulheres participantes do grupo em foco neste artigo tinham idade entre 27 e 52 anos. O nível de escolaridade não é uniforme, variando de ensino fundamental a pós-graduação. Quanto ao estado civil, havia mulheres solteiras, em relacionamento estável, casadas e divorciadas, predominando as casadas. Quanto à ocupação, trabalham em diferentes profissões, algumas eram estudantes e outras donas de casa. A proposta é trabalhar com a heterogeneidade e não com a homogeneidade, por isso, acolhemos num mesmo grupo a diversidade, a multiplicidade.

Os grupos são mediados por duas acadêmicas de psicologia (comediadoras) e uma psicóloga (mediadora), com a supervisão da professora coordenadora do projeto de extensão. Realizam-se intervenções baseadas numa "ética do discurso" (GUARESCHI, 2005, p. 118), sustentada no princípio, que nós podemos nos entender através da dialogicidade, da crítica, da ação comunitária, da pergunta-ação. Após os encontros, ocorre uma supervisão semanal em conjunto com todas as acadêmicas integrantes do projeto.

A pesquisa-intervenção consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico. Tem a perspectiva de interrogar os múltiplos sentidos cristalizados nas instituições através da prática

desnaturalizadora. Focando as redes de poder e interesses presentes no campo investigado, a intervenção propõe-se a analisar os efeitos dessas práticas no campo institucional, "desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas" (ROCHA & AGUIAR, 2003, p. 71).

Ainda, para Paulon e Romagnoli (2010), a pesquisa-intervenção considera a posição ocupada pelo pesquisador nos jogos de poder, fundamentalmente sua implicação com a instituição do saber científico, além de sua abertura para criar zonas que possam favorecer ao coletivo aflorar, dirigindo à invenção e a outros modos de expressão. Resulta, dessa maneira, em uma coprodução/transformação tanto de quem se propõe a conhecer quanto de quem é conhecido, o que vai ao encontro das epistemologias feministas e da psicologia social crítica.

Para este artigo, recorreu-se ao banco de dados dos anos de 2011 e 2012 da pesquisa-–intervenção "Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: o Grupo como Dispositivo", a qual se interconecta com o projeto de extensão acima citado, onde foram acessadas as transcrições dos encontros de um dos grupos realizados. Os grupos se reuniram semanalmente no período de abril de 2011 a dezembro de 2012, pausando no período de férias acadêmicas. Foram, ao todo, aproximadamente, cinquenta e quatro encontros, com a duração de uma hora cada. As mulheres que participavam do projeto ingressaram no início de 2011, e o grupo se manteve aberto, tendo a entrada de novas participantes. No começo de 2012, abriu-se novo ingresso e as mulheres rapidamente se articularam às demais. Assim, o grupo a que nos referimos aqui contou com a participação total de 15 mulheres.

Esta discussão, como forma de produzir conhecimento a partir da pesquisa-intervenção, objetiva problematizar as relações de gênero na atualidade, apresentando pontos de resistência ao poder. Além disso, busca salientar a importância do dispositivo grupal como recurso na construção da equidade de gênero e alívio do sofrimento causado pelas desigualdades. Para a análise dos dados, fizemos uma leitura flutuante das transcrições, destacando alguns fragmentos de discurso que aludam à "equidade", "direitos", "fortalecimento". Posteriormente, iniciamos o processo de organização dos dados: criação de campos culturais, de modo a orientar a leitura da análise. Os campos culturais têm um caráter conceitual, ou seja, eles nos remetem ao teórico (ROSO, 2010), no nosso caso, às produções em psicologia social crítica e aos estudos feministas. Trabalhamos com três campos: instituição-família e instituições na fabricação dos papéis de gênero, aspectos das relações nos espaços de trabalho/doméstico e o grupo como dispositivo de resistência e fortalecimento. Esses campos expressam modos de viver e sentir e serão apresentados de modo interligado.

Mapeando modos de viver e sentir

A narrativa grupal nos ajuda a compreender como as pessoas se familiarizam com o "Outro" nos grupos, nas relações sociais, ou, dito de outro modo, a compreender por que somos o que somos. Enfim, examinar e compreender "o encontro com o saber de outros pode contribuir para o processo de avaliar criticamente nosso próprio saber, para o desenvolvimento da conscientização e, em última instância, para o empoderamento de uma comunidade em direção a mudanças sociais efetivas" (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 261). Tomando isso por base e considerando a noção de construção da equidade de gênero nos grupos de empoderamento, traremos a discussão a partir de fragmentos de discurso no campo da grupali-

dade, assinalados em itálico. Compreendendo se tratar de uma enunciação coletiva (BARROS, 1993), disparada pelo dispositivo grupal, não identificamos as narrativas como sendo desta ou daquela participante, mas como fazendo parte da narrativa grupal.

Quando pensamos nas iniquidades de gênero, somos convocadas a questionar onde elas surgem e, principalmente, que práticas podem ser buscadas para transformá-las. Uma das participantes dá uma direção para responder: *Eu acho que vem da família (...), da educação que a gente teve, daquilo que a gente aprendeu, (...) a gente que educa, deve pensar o que que tu vai passar pros teus filhos pra que no futuro, elas, eles pensem diferente*.

A instituição-família e os discursos e práticas que a permeiam, neste caso, são capazes de "fabricar" sujeitos (LOURO, 2010). A autora aponta as instituições e as práticas sociais como sendo constituídas e constituintes do gênero, ou seja, ao passo que fabricam, também são fabricadas pelos sujeitos e pelas relações de gênero que os constituem. Isso está bem ilustrado na seguinte fala grupal: *A mulher nasce... começa a andar um pouquinho e já dão uma boneca.(...) Deus o livre que a menina goste de correr... vai ser matrona!*

Em seguida a essa fala, o grupo assinala pequenos logros alcançados ao longo dos tempos, que caminham em direção a uma nova configuração das relações, como: *Agora tá menos isso, porque as meninas estão fazendo isso que os guris fazem*. Porém, não deixam de perceber a permanência de um discurso de cobranças em relação aos papéis de gênero.

Notam, ainda, algumas mudanças nos papéis de homem e de mulher e afirmam que em alguns aspectos, tais papéis podem estar em transformação, como mostra o diálogo:

S1[8]: *Adorava varrer o pátio [o pai].*

S2: *Antigamente era difícil ver homem assim, né?*

S3: *Muito difícil.*

Conforme Strey (2005), as construções de gênero oferecem base para o processo da divisão sexual do trabalho em todas as sociedades. Diríamos mais, que gênero é determinante, em muitos casos, de papéis laborais para homens e mulheres. Por exemplo, quando as participantes elogiam o fato de um homem gostar de "varrer o pátio", deixam claro que esse não é um "papel do homem", mas sim da mulher. Ao mesmo tempo, refletem sobre essa diferença, e reconhecem a possibilidade de mudança. As transformações nos papéis e na relação homem-mulher, no discurso das participantes, parecem estar se construindo cada vez mais de maneira positiva, interferindo na divisão do trabalho:

S1: *Homem parceiro, homem pra ajudar, né? Hoje em dia tu já encontra mais.*

S2: *E as coisas mudaram muito, né? Hoje em dia é muito mais fácil tu encontrar uma mulher que trabalha e o homem em casa (...). Eu acho que a mulher já não ganha tão menos que o homem; eu acho que a mulher já tá ocupando cargos que ela não ocupava há tempos atrás. Eu acho que isso, devagarinho, ela tá mudando.*

Mesmo diante das mudanças aqui destacadas, as relações de trabalho parecem seguir pautadas pela

[8] "S" significando sequência da narrativa.

hierarquia do dualismo masculino-feminino e, dessa forma, o homem realizar uma atividade doméstica é compreendido como "ajuda", como uma característica sublime (e não igualmente papel do homem). Além disso, mesmo que homens passem a desempenhar atividades anteriormente atribuídas às mulheres e vice-versa, conforme Strey (2005), esses papéis, se relacionados ao exercício do poder, seguem sendo considerados como papéis masculinos e "em virtude de serem simbolicamente masculinos, a discriminação contra as mulheres gerada por esses papéis recebe reforço ideológico" (IDEM, p. 185).

Com relação à ideologia presente nos ditos "papéis masculinos", Louro (2010) critica a ideia de que o poder atue em uma "via de mão única", sugerindo a desconstrução da lógica "homem-polo dominante *versus* mulher-polo dominado" e refere, inspirada em Foucault, que o poder emana de todas as direções. Assim, a autora nos autoriza a olhar positivamente para as mudanças observadas pelas participantes deste estudo, como a que se evidencia nesta fala: *Era meu papel, eu assumia isso, deixava a roupa bem passadinha, toda bonitinha (...) Mas [hoje] quando eu vejo que ele [o marido] vai passar, eu deixo, eu não digo [que não precisa](...); parei de falar essa bobagem*.

Se pedir ao marido que deixe de fazer as lidas domésticas já é considerada uma "bobagem", entendemos que aí há um movimento desconstrucionista do poder unilateral. Para esse grupo, apesar de enfrentar ainda algumas resistências, já se alcançou a crítica sobre as tarefas domésticas serem atividades "naturalmente" femininas, e a partir daí já se possibilita experimentar novas formas de ser mulher.

Ainda, o grupo discute sobre as marcas presentes na mulher, advindas de discursos e relações injustas de gênero, mesmo quando elas já têm uma compreensão crítica das mesmas. O cuidado com a casa e os filhos, por exemplo, segue se apresentando como uma obrigação exclusivamente da mulher:

S1: *(...) hoje, homens e mulheres são iguais perante a lei, né? Coisa que antigamente não era, mulher não votava, mulher não fazia isso, não fazia aquilo. (...). Mas a gente se considera igual ao homem? Não, porque a gente acha que tem que cuidar dos filhos, tem que cuidar da casa, que o homem tem direito de ir morar fora; a gente aceita. A gente acha que o homem tem direito de dizer: "olha, eu não te quero mais, fica aí com as crianças", e vai embora. Tu acha que tu tem direito disso [de fazer o mesmo]?*

Diante do discurso de que as mulheres têm direitos, mas que esses não se constituem com muito valor, na medida em que não se deixam ser exercidos, as participantes conversam, interrogando-se sobre os desafios e possibilidades de enfrentamento dessa questão: S1: *Não, mas o que tu vai fazer? Tu vai espernear?* Ao que outra participante responde ressaltando a dificuldade e defendendo uma forma que considera justa de buscarmos nossos direitos:

S2: *(...) dentro da gente, a gente acha que não, que os direitos não são iguais. O teu marido pode te trair, porque "é do homem, é normal". Teu marido pode ir embora, mas tu não pode trair, tu é mulher, tu é mãe, tu é dona de casa, tu tem tua responsabilidade. Tu não pode ir embora, largar teus filhos, e coisa, (...), porque no fundo a gente acha que a gente não tem direito(...); não é só saber que a gente tem direitos, é fazer uso deles, entende?*

Observamos que o grupo reconhece as dificuldades de enfrentar essas relações opressoras, mas também acredita na possibilidade de enfrentamento. Entre as mulheres participantes, mais de uma estava na situação de assumir sozinha o/a(s) filho/a(s) e revelavam sobre seus ex-–companheiros: *(...) só foram genitores, porque na hora de assumir o compromisso... (...) Então, tu acaba de um jeito ou de outro fazen-*

do a tua parte e a deles, sabe? Ainda, foi colocado sobre as cobranças exercidas sobre a mãe, em relação à posição do pai, quando o casal vive separado e os filhos ficam com a mãe. Com isso, entendem que a carga de responsabilidade da mulher é muito maior, cabendo a ela o dever de educar, enquanto ao homem restam, geralmente, os passeios e a diversão: *(...) o pai, aquela coisa boa, e a mãe sempre é a madrasta da história. Sabe? Porque a gente briga, a gente cobra, a gente cai em cima. E o pai não, o pai é o lado bom, que sai passear, brincar*.

Outro aspecto discutido nos grupos e que se relaciona com a possibilidade de equidade se trata da realização da mulher no âmbito profissional, que muitas vezes é afetado pela maternidade, principalmente quando esta é vivida sem participação do genitor. O direito de trabalhar, assim, consiste, de acordo com as participantes, em mais cobranças e sobrecarga para as mulheres, o que pode levar ao pensamento de que elas deveriam abdicar dos direitos que conquistaram para se livrarem das cobranças atuais:

S1: *A primeira mulher que queimou o sutiã, às vezes eu digo que queria que queimassem ela. Porque se tu for pensar nessa independência feminina, (...) tu vai pensar assim, queimou o sutiã e quis trabalhar (...). Daí, o que aconteceu?(...) tem que ser magra, tem que ser bonita, tem que ser mulher, tem que ser mãe, tem que ser amante, inteligente, tem que ser bem-sucedida na vida, tem que ganhar bastante dinheiro.*

Na mesma direção, uma das participantes contrapõe o que era esperado da mulher antigamente e o que se espera hoje, reforçando a multiplicidade de papéis e o sofrimento que isso pode trazer quando a mulher não faz parte do padrão esperado:

S2: *A mulher antes assim, bordar, passar, costurar, cozinhar, era uma mulher perfeita, pra ser dona de casa. Hoje, a mulher tem que ser formada, bem-empregada, sabe? Tendo um cargo em algum lugar, ou sendo uma profissional liberal bem-sucedida. Sabe? Tu, não pode ser meio-termo disso. Daí, hoje se tu não é isso, se tu não era uma dona de casa perfeita, tu não é uma boa mulher.*

Com base em Louro (2010), entendemos que os papéis são estabelecidos pela sociedade através de padrões e regras arbitrárias, os quais podem definir os comportamentos de seus membros, as roupas que usam, seus modos de se relacionar ou de se portar. Parece que, independentemente do que a sociedade espera da mulher, o que causa desconforto, o que nos deixa fora de pertencimento, é o simples fato de que nos sejam culturalmente "infiltrados", como injeções subcutâneas, papéis a desempenhar. A exigência e consequente adoção de determinados papéis leva-nos à opressão dos nossos desejos e um sentimento de desajustamento, que leva ao sofrimento.

A partir dos encontros – mais que encontros físicos, (des)encontros de ideias, de semelhanças, de críticas, de sentimentos, de olhares – as mulheres aqui retratadas utilizam o espaço grupal como um dispositivo analítico, o qual serve para descristalizar lugares e papéis (BARROS, 2009). Esses lugares e papéis se constroem e se reconstroem na história de cada uma das participantes, e na vida das mulheres como um todo. Acreditamos que o dispositivo grupal pode se constituir como uma possibilidade de reconstrução em direção a relações mais equalitárias.

Considerando que o enunciado é sempre coletivo (BARROS, 1993), não remetendo a um sujeito, mas sim a um modo de existência, escutamos e nos afetamos com as falas dessas mulheres. Elas não falam de cada uma em si, mas de um coletivo, de códigos que permeiam a sociedade e nos fazem ser como

somos, e não de outro(s) modo(s). Nesse sentido, trabalhamos, como defende Louro (2010), em direção à desconstrução da polaridade rígida dos gêneros, problematizando a oposição entre eles e, sobretudo, reconhecendo que não existe uma mulher, mas várias e distintas mulheres, as quais podem ser de diferentes modos. Consequentemente, pensamos que o grupo de mulheres, para unir-se contra a opressão de gênero, não precisa ser homogêneo, e nem pensar de uma única maneira. Basta ter em comum a vontade de pensar em novos modos de ser mulher, respeitando e coproduzindo singularidades e, ao mesmo tempo, coletivos.

Barros (1993) diz que somos resultado de processos de subjetivação, e que isso não se dá apenas no nível individual, mas também no coletivo. A autora refere a aproximação entre os indivíduos como uma tarefa difícil, porém necessária para a construção de um território existencial na ordem da coletividade. Acreditamos, com isso, que o grupo de mulheres pode favorecer a transformação das relações de gênero, através do fortalecimento dos pontos de resistência, que se dão através do diálogo com o Outro, no processo de escuta-fala--compartilhamento. Isso também pode se dar na medida em que as participantes possam atuar como multiplicadoras, junto às pessoas do seu círculo de convivência, de novos modos de pensar e sentir o lugar e o viver das mulheres, buscando construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Os pontos, os nós e os focos de resistência, de acordo com Foucault (2010), tendem a ser mais ou menos disseminados, podendo provocar "o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento" (p. 106). Dessa maneira, pode-se pensar que os pontos de resistência são capazes de atravessar estratificações sociais e unidades individuais. Com isso, ficamos mais próximos da ideia do dispositivo grupal apresentado aqui como um ponto de resistência e de invenção de modos de ser capazes de provocar um "levante" na vida das mulheres participantes, isto é, uma transformação nas suas condições de vida, podendo estender isso à sua rede de relacionamentos. Em consonância, Foucault (IDEM) afirma que é a codificação estratégica dos pontos de resistência o que poderá favorecer a "revolução".

Acreditamos, destarte, no movimento grupal como um dispositivo de produção e não repetição ou conformação, considerando que transcende a díade indivíduo-grupo e se espalha pelas relações, transformando-as. Barros (1993) já critica a antitetização indivíduo-grupo como um processo massivamente individualizante, o qual remete o enunciado ao indivíduo que o anuncia. É justamente o questionamento desse "individual" que buscamos, tentando promover formas de estar, sentir, pensar e viver o mundo mais coletivamente.

As transformações aqui apresentadas, mesmo que muito importantes, apresentam-se como pequenas sinapses numa rede intrincada de vivências de papéis, indicando que ainda temos um longo caminho a percorrer. Como mulheres, podemos encontrar dificuldades em reconhecer os nossos direitos, devido às questões históricas e sociais de opressão. Desse modo, mesmo que hoje a presença das mulheres em espaços de decisão seja maior que anteriormente, isso não garante poder de decisão e controle sobre suas vidas.

Conclusões

Apresentamos aqui alguns resultados referentes à pesquisa-intervenção "Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: o Grupo como Dispositivo", os quais apontam o grupo como espaço de resistência ao poder e de construção da equidade de gênero. O discurso grupal questiona, inicialmente, o lugar da insti-

tuição-família na determinação dos papéis de gênero, mostrando que esta, ao passo que fabrica, é também fabricada por essas relações. Em seguida, questionamos aspectos das relações de trabalho, as quais, apesar dos logros e avanços, continuam sendo espaços de sobrecarga e discriminação sobre as mulheres, sobretudo no que se refere aos cuidados com a casa e com os filhos. Por fim, expusemos uma questão importante com relação ao excesso de cobranças advindas paralelamente à conquista de direitos por parte das mulheres. Isso porque as participantes atentaram que as conquistas convertem-se em duros desafios quando trazem consigo cobranças referentes à estética, ao trabalho, à formação acadêmica.

Em meio a tais questões, evidencia-se que ainda é forte a luta por direitos das mulheres, mas que não basta apenas a provisão dos mesmos, sem a oportunidade de exercê-los. A análise do grupo indica que ele se constitui como fundamental dispositivo de compartilhamento e fortalecimento, e que as mulheres participantes estão conseguindo questionar, em suas relações, as desigualdades de gênero. Ainda, pode-se inferir que os grupos de mulheres são importantes dispositivos de resistência para as dificuldades e injustiças encontradas no cotidiano. No processo de falar, compartilhar, ouvir outras mulheres e viver sob uma ética do discurso, as participantes vão ajudando umas às outras e se fortalecendo. Com isso, percebem suas dificuldades e questionamentos não apenas da ordem da individualidade, mas coletivos, definidos pela construção histórica e social que se faz do lugar da mulher em nossa sociedade.

Embora vivamos atualmente um esmaecimento e desqualificação do viver em grupo, a ação descrita indica que os grupos de mulheres consistem em um dispositivo capaz de fortalecê-las e de transformar seus destinos, reconhecer que têm direitos e *fazer uso deles!* (*sic*). É ativação do *sense of entitlement*. Desse modo, reconhece-se que há um caminho longo na construção da equidade de gênero, mas que está sendo construído e que viver o coletivo mulheres pode atuar como dispositivo importante para a codificação dos pontos de resistência às iniquidades e invenção de vida.

Referências

BARROS, R. D. B. de. Grupo e produção. In: LANCETTI, A. *et al*. **SaúdeLoucura:** Grupos e Coletivos. São Paulo: Hucitec, 1993.

BARROS, R. D. B. de. **Grupo:** a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, 20(4), 1088-1095, 2004.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade** – Vol. 1:A vontade de saber. 20ª Reimpressão. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2010.

GIFFIN, K. Corpo e Conhecimento na Saúde Sexual: uma visão sociológica. In: GIFFIN, K; COSTA, S. H. (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia Social Crítica como prática da libertação**. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. **Contextos do saber:** Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, R. M.R. de. Gênero, direitos humanos e impacto socioeconômico da Aids no Brasil. **Rev. Saúde Pública:** 2006. Nº 40. (80 – 87). Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v40s0/11.pdf> Acesso em: 23 de ago. 2013.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: Melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisa em Psicologia** (UERJ), v.10, n.1, p. 85-102, 1º quadrimestre de 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

PETCHESKY, R. P. Introduction. In Petchesky, R., & Judd, Karen (Eds.), **Negotiating reproductive rights.**Women's perspectives across countries and cultures, pp.1-30. New York, NY: Zed Books and International Reproductive Rights Research Action Group (IRRRAG), 1998.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia**: ciência e profissão, v.23, n.4, p. 64-73, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jul. 2013.

ROSO, A. O cotidiano no campo da saúde: Ética e responsabilidade social. In: VERONESE, M.; GUARESCHI, P. A. **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROSO, A. Mulheres Latinas e Transmissão Vertical do HIV: Visão dos Profissionais da Saúde que Atendem Mulheres Soropositivas nos Estados Unidos. **Revista Interamericana de Psicología/InteramericanJournalofPsychology**, vol. 44, Num. 2 pp. 203-212, 2010. Disponível em<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/284/28420641014.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 13 de julho de 2013.

STREY, M. N. Gênero. In: STREY, M. N. *et al*. **Psicologia social contemporânea:** livro texto. Petrópolis: Vozes, 2005.

VILLELA, W. **Mulher e saúde mental –** Da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina**.** Tese de Doutorado. FMUSP. São Paulo, 1992.